

Editorial

O resgate da Europa

Maria João Seabra

A fórmula de Jean Monnet, de que a construção europeia se fazia por pequenos passos, pode ter agora renovadas leituras. Será que o Tratado Reformador é a consagração dessa ideia – contrariando o «grande passo» que seria o Tratado Constitucional – ou, pelo contrário, significa um grande passo atrás?

As avaliações negativas do Tratado reformador consideram que, ao abandonar claramente o campo do simbólico – o termo «constitucional», a referência à bandeira e ao hino, a existência de «leis» em vez de regulamentos, o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros – se dá um evidente passo atrás na construção da Europa política. Na mesma linha, o facto de se ter optado pela clássica fórmula de Conferência Intergovernamental, desperdiçando todo o potencial simbólico da Convenção, significa igualmente um retrocesso. Mas, será meramente uma questão de forma ou existe verdadeiramente um recuo nos conteúdos do Tratado? Mais, será que o verdadeiro significado de ter um Tratado Constitucional era meramente uma questão de forma ou, pelo contrário, tratava-se de um elemento essencial para a construção da Europa Política, tanto em termos de políticas e instrumentos, como em termos de aproximação dos cidadãos ao processo de integração?

É sempre possível alegar que o verdadeiro conteúdo, em termos simbólicos, não é afectado: não é por não constar do Tratado que os cidadãos vão deixar de identificar a bandeira ou o hino da Europa, e também não é certo que o termo «constitucional» tivesse um significado simbólico especialmente relevante para o europeu comum. Não foi certamente por causa destas referências que os cidadãos holandeses e franceses rejeitaram o Tratado Constitucional, da mesma forma que não foi esse o motivo para a vitória do «sim», igualmente em referendo, em Espanha e no Luxemburgo.

O simbólico é importante, mas é um domínio que acaba por ser transposto para a vivência diária dos europeus. A Europa é sobretudo visível naquilo que são os grandes resultados da integração e que estão indelevelmente presentes no quotidiano dos cidadãos – o euro,

a passagem das fronteiras, o programa Erasmus, etc. Esta é, aliás, uma das grandes conclusões que é possível tirar do Debate Nacional sobre o Futuro da Europa, especificamente em relação a Portugal. A percepção da Europa passa pela vivência diária, e o distanciamento dos cidadãos em termos de adesão ao processo europeu, também se dá pela via da normalização e da banalização. Hoje, estar na Europa, ser europeu, é um dado óbvio e rotineiro na vida do cidadão comum, tal como o é a pertença e a identificação com o espaço nacional.

Mas, outra das grandes conclusões deste projecto, e que resulta do inquérito feito aos participantes nas diversas iniciativas, é que a principal razão para o actual crise europeia é o progressivo afastamento entre as elites e os cidadãos. Em termos do discurso político europeu, o que se costuma destacar, numa perspectiva unidireccional, não é tanto o afastamento das elites em relação aos cidadãos, mas o que leva os europeus a afastarem-se da Europa. E neste desfasamento de ópticas pode estar a real causa do problema.

Quando se procura superar o afastamento dos cidadãos, surgem frequentemente duas linhas de explicação/acção. A primeira passa pela ignorância. Trata-se de pressupor que os cidadãos desconhecem em larga medida a forma de funcionamento da União e que esse desconhecimento é a razão do afastamento. Este pressuposto leva a constatar que o que é preciso é aumentar a circulação de informação. Daí, por exemplo, a distribuição de exemplares do Tratado Constitucional, de forma a que os europeus pudessem conhecer o que estava verdadeiramente em causa e votar – nos casos em que se optou pelo referendo – em consciência. A segunda linha usual recorre à ideia de «vender» a Europa, usando técnicas de cariz mais publicitário e mesmo propagandístico para que os cidadãos melhor aceitem – «comprem» – a ideia de Europa.

Qualquer umas destas linhas não tem propriamente permitido alcançar a tão desejada aproximação dos cidadãos à União – e provavelmente por se ter até agora optado por considerar que são os cidadãos que se afastam da Europa e não a Europa, ou mais precisamente as suas elites, que se afastam dos cidadãos. Se a Constituição continha elementos – e não a resolução total – que permitiriam vislumbrar formas de superar esta lacuna, não será o Tratado Reformador a resolver esta questão, bem pelo contrário. É que agora surge uma nova dimensão no discurso político europeu, que parece apontar muito mais para a necessidade de «afastar» os cidadãos do processo de decisão em relação ao futuro da Europa, pelo menos de forma directa, ou seja, através de referendos.

A grande preocupação passou a ser encontrar argumentos que impeçam a realização de referendos, ou que, pelo menos, apontem para a sua inutilidade, por ausência de substância referendável – excepto nos casos em que tal exercício é obrigatório, como é o caso da Irlanda e da Dinamarca. A União Europeia está assim submersa num discurso contraditório. Por um lado, o Tratado reformador é apresentado como uma forma de saída do impasse, algo necessariamente do interesse dos cidadãos e dos Estados membros e por outro, tenta-se a todo o custo evitar que seja devolvido aos cidadãos o verdadeiro poder sobre o futuro da Europa.

Nada é menos certo que considerar o instrumento do referendo como sacrossanto e como elemento indispensável para a legitimidade democrática da Europa. Aliás, a maioria dos países que já tinham ratificado o Tratado Constitucional, fizeram-no sem recurso a referendo, e não é por isso que se questiona a legitimidade da ratificação. Aqui, não se trata de uma questão de legitimidade, mas sim de defraudar de expectativas. A partir do momento em que o processo se iniciou, não parece curial alterar as regras a meio do jogo. Tanto nos casos em que o sim ganhou – e para que serviu essa manifestação de apoio ao ideal europeu? – como nos casos em que foi o não, é perfeitamente realista pressupor que os cidadãos se sintam, no mínimo, defraudados, algo que obviamente virá a ter consequências no futuro.

E este é, certamente, um enorme passo atrás, não pela ausência de referendos, não pelo que em si mesmo constará do Tratado Reformador, mas pela ideia que passa de que é preciso fazer avançar a Europa «às escondidas» dos cidadãos, o que será certamente um trunfo nas mãos daqueles que, em todos os Estados membros, se opõem ao aprofundamento da integração europeia, mesmo que a participação cidadã não esteja no centro das suas preocupações.

Em termos mais instrumentais, e mesmo sem entrar nos conteúdos precisos do novo Tratado, é forçoso fazer duas constatações. Por um lado, é óbvio que o funcionamento da União – e, nesta perspectiva, também a sua capacidade em dar respostas aos anseios dos cidadãos – exigia que se chegasse a uma solução, nomeadamente em termos do processo de tomada de decisão. Nesse sentido, a decisão de Bruxelas permite sair da paralisia institucional em que a União se encontrava. Por outro lado, muita da matéria que constava no Tratado Constitucional, com mais ou menos adaptações, acaba por estar preservada no mandato definido no Conselho Europeu de Bruxelas – sendo certo que as excepções,

«opt-outs» e «opt-ins», que ficarão no Tratado Reformador também não auguram nada de particularmente bom para o futuro.

Assim sendo, a que conclusão chegar: um pequeno passo em frente ou um grande passo atrás? A resposta não pode ser linear. Existem retrocessos evidentes quando se procura fazer avançar a integração sem auscultar os cidadãos e sem lhes proporcionar – novamente – canais que lhes permitam uma participação efectiva no processo de construção da Europa. Mas também é certo que agora estão reunidas as condições para sair do impasse constitucional/institucional e fazer avançar a integração. A conclusão mais fácil seria a de que estamos perante um processo normal na União, e que a um período de «euro-esclerose» se poderá seguir um período de «euro-euforia». Mas a verdade é que tudo mudou na Europa nos últimos vinte anos e hoje já não é possível pensar sequer em aprofundar a integração sem ter em conta os cidadãos. Assim, para que não seja apenas um grande passo atrás, o fundamental é que os líderes europeus tenham consciência de que o Tratado Reformador só será um «pequeno passo» se logo a seguir se derem outros, que façam com que os europeus se apropriem do processo de construção da Europa.